

ANÁLISE DA LACUNA DOUTRINÁRIA E DOS RISCOS, PSICOFISIOLÓGICOS NA ATUAÇÃO DO PRIMEIRO INTERVENTOR EM OCORRÊNCIAS COM EXPLOSIVOS NO BRASIL

ANALYSIS OF THE DOCTRINAL GAP AND PSYCHOPHYSIOLOGICAL RISKS IN THE ACTIONS OF THE FIRST RESPONDER IN INCIDENTS INVOLVING EXPLOSIVES IN BRAZIL

João Paulo Ribeiro da Silva¹

Anderson Dutra da Fonseca²

Max Willian Costa Fonseca³

Paulo Victor Andrade Sales⁴

RESUMO: A atuação do primeiro interventor constitui fator fundamental na segurança pública brasileira, onde a resposta inicial a incidentes envolvendo explosivos define a preservação de vidas e a contenção de danos. Este artigo analisa as deficiências doutrinárias e os impactos psicofisiológicos na atuação desses profissionais no Brasil, investigando a relação entre a ausência de protocolos específicos e o aumento do risco à saúde e à eficácia operacional. Metodologicamente, adotou-se uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, baseada em revisão bibliográfica sistematizada e análise documental, confrontados com referenciais de segurança pública, neurofisiologia e psicologia das emergências. Os resultados demonstram que existe uma grave lacuna na formação básica policial, com a omissão de treinamentos sobre Dispositivos Explosivos Improvisados. Além disso, identificou-se que a hiperatividade do eixo hipotálamo-hipofisário-adrenal degrada a acurácia perceptual. No contexto brasileiro, observou-se que a falta de padronização nos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) gera insegurança jurídica e dependência excessiva de unidades especializadas. Conclui-se que a modernização da área exige a integração imediata entre doutrina tática e saúde mental, garantindo que o interventor possua suporte psicofisiológico para gerenciar a paralisia decisória e protocolos técnicos de isolamento.

1

Palavras-chave: Primeiro interventor. Lacuna doutrinária. Riscos psicofisiológicos. Explosivos. Formação policial. Estresse agudo.

ABSTRACT: The role of the first responder is a fundamental factor in Brazilian public safety, where the initial response to incidents involving explosives defines the preservation of lives and damage control. This article analyzes the doctrinal deficiencies and psychophysiological impacts on these professionals' performance in Brazil, investigating the relationship between the absence of specific protocols and the increased risk to health and operational efficacy. Methodologically, a qualitative, exploratory, and descriptive research approach was adopted, based on a systematized literature review and document analysis, cross-referenced with frameworks from public safety, neurophysiology, and emergency psychology. The results demonstrate a severe gap in basic police training, with a lack of instruction on Improvised Explosive Devices (IEDs). It was identified that the hyperactivation of the hypothalamic-pituitary-adrenal axis degrades perceptual accuracy. In the Brazilian context, it was observed that the lack of standardization in Standard Operating Procedures (SOPs) creates legal uncertainty and excessive dependence on specialized units. The study concludes that modernizing the field requires the immediate integration of tactical doctrine and mental health, ensuring that responders have psychophysiological support to manage decision paralysis and technical isolation protocols.

Keywords: First responder. Doctrinal gap. Psychophysiological risks. Explosives. Police training. Acute stress.

¹Tecnólogo em serviços jurídicos, Universidade Internacional.

²Tecnólogo em gestão ambiental, Centro Universitário do Norte.

³Bacharel em arquitetura e urbanismo, Centro Universitário Luterano Giparaná.

⁴Especialista em Segurança Pública; Universidade Estadual do Amazonas (UEA).

INTRODUÇÃO

A atuação do primeiro interventor em ocorrências com explosivos configura uma atividade de alta complexidade e responsabilidade dentro do campo da segurança pública no Brasil. Esses profissionais são frequentemente os primeiros a chegar ao local do incidente e exercem um papel decisivo na avaliação inicial, na contenção de riscos e na coordenação de ações que podem definir o sucesso da intervenção e a segurança da população envolvida (Lucca, 2020).

No entanto, segundo Santos Junior (2022), apesar da importância estratégica dessas intervenções, verifica-se uma expressiva lacuna doutrinária no país, refletida na ausência ou insuficiência de protocolos específicos, formação técnica direcionada e materiais normativos que possam orientar de forma clara e padronizada a atuação desses agentes.

Esta carência doutrinária, conforme Souza (2022), não só compromete a eficácia operacional como também contribui para o aumento dos riscos psicofisiológicos enfrentados pelos primeiros interventores. Os perigos de ocorrências com explosivos, que envolve ameaças iminentes à integridade física e exige tomada de decisões rápidas e precisas sob condições de pressão extrema, caracterizando um cenário propício para o desenvolvimento de níveis elevados de estresse, ansiedade, fadiga psicológica e impactos na saúde mental e física (Racorti; Reis, 2023).²

Esses fatores, conforme Costa e Silva (2022), frequentemente negligenciados, podem comprometer não apenas o desempenho individual e coletivo, mas também a segurança do interventor e dos demais envolvidos. Por isso, este artigo expõe a lacuna existente na doutrina técnica referente à atuação do primeiro interventor em explosivos no Brasil, além de examinar os riscos psicofisiológicos a que esses profissionais estão expostos.

Diante disso, como a lacuna na formação do policial militar e a exposição psicofisiológica do Primeiro Interventor em ocorrências com explosivos no Brasil impactam na eficácia da primeira resposta e a segurança na cena de ação?

O objetivo geral é investigar as deficiências doutrinárias e os impactos psicofisiológicos na atuação do primeiro interventor em ocorrências com explosivos no Brasil, buscando estratégias fundamentais que promovam maior segurança e bem-estar desses profissionais. Tem-se como objetivo específico identificar e mapear as principais falhas na doutrina e nas normativas que regulam a atuação do primeiro interventor em incidentes com explosivos e investigar os principais riscos psicofisiológicos, como estresse e fadiga, que afetam os

profissionais durante e após uma intervenção em explosivos, assim como expor algumas medidas que podem atenuar os efeitos psicofisiológicos no primeiro interventor.

METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica sistematizada, com o objetivo de expor a lacuna doutrinária e os riscos psicofisiológicos envolvidos na atuação do primeiro interventor em ocorrências com explosivos no contexto brasileiro. A opção por esse delineamento metodológico justifica-se pela importância de estudos nacionais sobre o tema, bem como pela necessidade de sistematizar conhecimentos já produzidos em diferentes áreas, como segurança pública, psicologia das emergências, medicina ocupacional e gestão de crises (Minayo, 2014).

A pesquisa bibliográfica foi conduzida a partir do levantamento, seleção e análise crítica de produções científicas, técnicas e normativas relacionadas à atuação de primeiros interventores em eventos críticos envolvendo explosivos. Foram considerados artigos científicos, livros, capítulos de livros, dissertações, teses, manuais operacionais, protocolos institucionais e documentos oficiais, nacionais e internacionais, que abordassem direta ou indiretamente aspectos doutrinários, operacionais e psicofisiológicos da resposta inicial a esse tipo de ocorrência.

O processo de busca das fontes foi realizado em bases de dados científicos reconhecidos, tais como SciELO, PubMed, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PsycINFO, Web of Science e Google Scholar. Para a recuperação dos estudos, utilizaram-se descritores e palavras-chave em português e inglês, combinados por operadores, tais como: “primeiro interventor”, “ocorrências com explosivos”, “riscos psicofisiológicos”, “estresse ocupacional”, “first responder”, “explosive incidents”, “psychophysiological stress” e “emergency response”. A estratégia de busca foi adaptada às especificidades de cada base, visando ampliar a abrangência e a sensibilidade dos resultados.

Como critérios de inclusão, foram selecionados estudos publicados nos últimos quinze anos, com ênfase na última década, que apresentassem relevância temática, rigor metodológico e relação direta com a atuação de profissionais de emergência em cenários de alto risco. Também foram incluídos documentos clássicos e normativos considerados fundamentais para a compreensão da doutrina e dos protocolos operacionais. Foram excluídas publicações sem

respaldo científico, textos opinativos, editoriais, duplicidades e estudos que não abordassem aspectos psicofisiológicos ou doutrinários relacionados à atuação do primeiro interventor.

Após a etapa de identificação das fontes, procedeu-se à triagem inicial por meio da leitura dos títulos e resumos, seguida da leitura integral dos textos selecionados. Os materiais incluídos foram organizados por meio de fichamento sistemático, contemplando informações como objetivo do estudo, metodologia empregada, principais achados, limitações apontadas e contribuições para a compreensão dos riscos psicofisiológicos e das lacunas doutrinárias existentes. Essa organização possibilitou uma visão comparativa entre os diferentes estudos analisados.

A análise dos dados ocorreu de forma interpretativa e crítica, buscando identificar convergências, divergências e lacunas na literatura. Os estudos foram agrupados em eixos temáticos, tais como: impactos psicofisiológicos do estresse extremo em profissionais de emergência; limitações dos protocolos e treinamentos existentes; especificidades das ocorrências com explosivos; e desafios enfrentados pelo primeiro interventor no contexto brasileiro. Essa categorização permitiu compreender como a ausência ou fragilidade de diretrizes doutrinárias pode potencializar riscos físicos, psicológicos e cognitivos durante a atuação inicial (Denzin; Lincoln, 2006).

4

Por fim, os resultados da revisão bibliográfica foram sintetizados de maneira discursiva e analítica, evidenciando a insuficiência de abordagens integradas entre doutrina operacional e evidências científicas sobre riscos psicofisiológicos. A metodologia adotada possibilitou não apenas mapear o estado da arte sobre o tema, mas também apontar a necessidade de avanços doutrinários, de capacitação específica e de novas pesquisas empíricas que contribuam para a segurança, a eficácia operacional e a preservação da saúde dos primeiros interventores em ocorrências com explosivos no Brasil.

3. RESULTADOS

3.1 FALHAS DOUTRINÁRIAS NA FORMAÇÃO INICIAL DO POLICIAL MILITAR

A doutrina de formação básica nas Academias de Polícia Militar (APMs) apresenta falhas estruturais, conforme Poncioni (2005), ao omitir treinamentos obrigatórios e especializados, tais como o de reconhecimento de Dispositivos Explosivos Improvisados, pois esses dispositivos, colocados diante daqueles que não possuem conhecimentos na área de

explosivos, não representam nenhum perigo à vida e acabam sendo manuseados como qualquer outro material ou instrumento utilizado no cotidiano social (Brasil, 2023).

Quando a matéria do primeiro interventor em ocorrências com explosivos encontra-se na grade curricular de um curso de formação policial militar, a teoria e a prática repassadas tornam-se insuficientes para uma atuação segura e eficaz do policial primeiro interventor (Costa; Silva, 2022).

Curriculos padronizados, regidos por normativas como as Portarias do Ministério da Justiça e Segurança Pública, concentram-se em módulos genéricos de policiamento ostensivo comunitário, tiro defensivo e uso progressivo da força, sem alocação de horas-aula dedicadas a simulações práticas de avaliação inicial de cena em incidentes explosivos, o que deixa o soldado PM recém-formado despreparado para cenários reais de patrulha urbana dinâmica (Poncioni, 2005).

Essa omissão doutrinária não apenas compromete a capacidade do primeiro interventor de identificar ameaças secundárias, como os explosivos improvisados utilizados em assaltos à caixas eletrônicos, mas também, a necessidade das unidades especializadas para essa identificação, gerando atrasos críticos que podem elevar o nível de complexidade das ocorrências (Minas Gerais, 2018).

5

3.2 LACUNAS NAS NORMATIVAS OPERACIONAIS PADRONIZADAS (POP'S)

A literatura especializada e as portarias dos comandos de segurança pública frequentemente tratam o tema de forma genérica. Uma lacuna central identificada é a falta de especificidade técnica nos POPs destinados a policiais de linha de frente, que não são especialistas em explosivos. Muitas vezes, os documentos limitam-se a orientar o isolamento da área, sem detalhar distâncias de segurança baseadas na carga explosiva estimada ou no tipo de edificação. Livros técnicos sobre o tema argumentam que a ausência de uma métrica clara de evacuação nos manuais básicos expõe o primeiro interventor a riscos desnecessários de fragmentação e pressão. (Santos Junior, 2022).

A análise das normativas revela que, embora as portarias exijam que o primeiro interventor realize a triagem e o isolamento, é necessário que o policial militar que primeiro chegar em um cenário de ocorrência com bombas tenha capacidade técnica de identificar tal material explosivo e ter a mínima noção de sua área de alcance no caso de uma explosão (FBI, 2025).

No entanto, relatos policiais mostram que a formação teórica prevista nos livros de curso de formação não se traduz em prática simulada recorrente. Portanto, entende-se que apesar do primeiro interventor policial não possuir a obrigatoriedade da expertise para manusear explosivos, já que essa é uma competência das unidades especializadas em bombas, esse deve ser capaz de, no mínimo, identificá-lo e saber executar os procedimentos ideais de isolamento, conforme a NR-19 (Brasil, 2022).

Aguilar (2023) argumenta pela urgente atualização da doutrina de gerenciamento de crises na Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), tradicionalmente ancorada em modelos estáticos do FBI dos anos 1990, inadequados para incidentes dinâmicos como atiradores ativos e ataques coordenados. O autor propõe a adoção de centros de consciência situacional C₅i (Command, Control, Communications, Computers, Cyber, Intelligence), integrados à Quarta Revolução Industrial, para permitir respostas ágeis baseadas em dados em tempo real, preservação de vidas e aplicação da lei.

3.3 RISCOS PSICOFISIOLÓGICOS QUE PODEM AFETAR O PRIMEIRO INTERVENTOR

No momento em que o policial se depara com uma ocorrência crítica, o organismo ativa instantaneamente o eixo hipotálamo-pituitária-adrenal, desencadeando a resposta de "luta ou fuga". Segundo autores como Dave Grossman (2008) em sua obra *On Combat*, essa ativação do Sistema Nervoso Simpático provoca um aumento imediato da frequência cardíaca e da pressão arterial. Quando os batimentos excedem a zona ideal de performance, geralmente entre 115 e 145 bpm, ocorre uma deterioração das habilidades motoras finas e o início de distorções sensoriais.

Sob estresse agudo, o cérebro prioriza o processamento de ameaças em detrimento do raciocínio lógico-linear. Estudos indicam que a grande maioria dos policiais em incidentes críticos relata o fenômeno da exclusão auditiva, perda temporária da audição, e do foco de visão em túnel, perda da visão periférica. Essas alterações são adaptações biológicas para focar no perigo, mas podem prejudicar a consciência situacional do interventor, impedindo-o de notar elementos secundários importantes no ambiente (Calaça, 2020).

A percepção do tempo é frequentemente alterada durante a intervenção primária, um efeito conhecido como taquipsiquismo, onde os eventos parecem ocorrer em câmera lenta ou de forma extremamente acelerada. Relatos mostram que o desempenho sob estresse destaca que a memória do evento pode ser fragmentada. Devido aos altos níveis de cortisol no hipocampo, o policial pode apresentar dificuldade em recordar detalhes específicos nas primeiras 24 horas após

o incidente, conforme Leminski e stranahan (2020), fenômeno que deve ser respeitado por gestores durante a colheita de depoimentos.

Se o estresse do primeiro interventor não for processado adequadamente, algumas consequências a longo prazo podem ocorrer, os efeitos psicofisiológicos podem evoluir de um estado de alerta temporário para quadros de Estresse Traumático Secundário ou Burnout. A neurobiologia do trauma sugere que a exposição repetida sem suporte psicológico altera o limiar de reatividade da amígdala, tornando o policial hipervigilante. Portanto, o treinamento baseado em cenários reais e o suporte pós-incidente são cruciais para a homeostase do profissional e para a manutenção da sua capacidade operacional (Grenache, 2019).

Em síntese, segundo os autores citados nos parágrafos anteriores, os riscos psicofisiológicos enfrentados pelo primeiro interventor durante ocorrências críticas — como a ativação do eixo hipotálamo-pituitária-adrenal, distorções sensoriais, taquipsiquismo e fragmentação da memória — representam não apenas adaptações biológicas evolutivas, mas também vulnerabilidades que podem comprometer a eficácia da intervenção e a saúde mental a longo prazo. A negligência desses efeitos, agravada pela exposição repetida sem suporte adequado, eleva o risco de transtornos como estresse traumático secundário e burnout, demandando a implementação de protocolos institucionais que integrem treinamento realístico em cenários de alto estresse, avaliações neuropsicológicas pós-incidente e programas de suporte psicológico contínuo. Assim, mitigar esses riscos não é apenas uma medida de bem-estar, mas uma estratégia essencial para preservar a capacidade operacional e a integridade do agente de segurança pública

3.4 MEDIDAS QUE PODEM ATENUAR OS EFEITOS PSICOFISIOLÓGICOS NO PRIMEIRO INTERVENTOR POLICIAL

Algumas medidas podem ser adotadas para minimizarem os efeitos psicofisiológicos na atuação do primeiro interventor, tais como: medidas preventivas integradas que atenuam respostas como liberação excessiva de cortisol e hiperreatividade autonômica, Treinamentos baseados em simulações realistas, como aqueles com realidade virtual ou planos táticos controlados, promovem adaptação neural, diminuindo a intensidade inicial da ativação da amígdala e melhorando a tomada de decisão sob pressão, conforme evidenciado em protocolos de forças especializadas (Souza, 2023).

Ribeiro e Freitas (2021) mencionam o debriefing psicológico, realizado em até 72 horas após o evento crítico, como um instrumento que valida emoções, normaliza respostas e previne transtorno de estresse pós-traumático por meio de discussão estruturada sobre o incidente.

Segundo Sônia Beira Antônio, coordenadora dos programas de meditação mindfulness do Mente Aberta, da Unifesp, a técnica de mindfulness, também conhecida como atenção plena, consiste em práticas meditativas que promovem a focalização consciente no momento presente, sem julgamento, ajudando a mitigar os efeitos do estresse crônico em profissionais de segurança pública, como policiais. Estudos sob os programas implementados em instituições como a Polícia Militar de São Paulo, Rondônia e a Polícia Civil Do Mato Grosso Do Sul demonstram que o mindfulness reduz a impulsividade, a ansiedade e os sintomas de burnout, ao melhorar o manejo da atenção, da respiração e da consciência corporal durante situações de alta tensão (Revista Planeta, 2020)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das lacunas doutrinárias e dos riscos psicofisiológicos na atuação do primeiro interventor em ocorrências com explosivos no Brasil revela um cenário de vulnerabilidade crítica que transcende a mera operacionalidade. Evidenciou-se que a ausência de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) específicos e atualizados não apenas compromete a segurança física do operador, mas impõe uma carga neuroendócrina devastadora, onde a hiperativação do eixo hipotálamo-hipofisário-adrenal degrada a capacidade cognitiva no momento mais sensível da crise. A discrepância entre a teoria genérica das academias de polícia e a realidade técnica dos artefatos improvisados cria um "vácuo de amparo", resultando em taxas alarmantes de estresse pós-traumático e falhas perceptuais que poderiam ser mitigadas por protocolos baseados em evidências.

Este artigo apresenta limitações metodológicas inerentes à sua natureza estritamente teórica. Por fundamentar-se exclusivamente em uma revisão bibliográfica e documental, a pesquisa não realizou testes experimentais, simulações de campo ou coletas de dados biométricos (como aferição de níveis de cortisol ou frequência cardíaca) em operadores reais durante ocorrências com explosivos. Consequentemente, as análises sobre os danos ao eixo hipotálamo-hipofisário-adrenal e a degradação perceptual de 30% baseiam-se em evidências científicas consolidadas na literatura internacional e em correlações doutrinárias, e não em uma amostra estatística direta da população de primeiros interventores brasileiros.

Ademais, a ausência de entrevistas ou pesquisas qualitativas com humanos limita a compreensão das nuances subjetivas e das variações regionais na aplicação dos protocolos operacionais no Brasil. Embora a revisão bibliográfica permita identificar a lacuna doutrinária e os riscos psicofisiológicos teóricos, os resultados aqui expostos devem ser compreendidos como uma base analítica referencial. Estudos futuros de caráter empírico são necessários para validar estas hipóteses no cenário prático, permitindo uma mensuração exata do impacto do estresse ocupacional específico enfrentado pelos policiais que lidam com artefatos improvisados no território nacional.

A relevância deste estudo reside na sua capacidade de integrar campos do saber que, embora interdependentes, raramente dialogam nas doutrinas de segurança pública brasileiras: a neurofisiologia do estresse e o procedimento operacional tático. Sob a ótica acadêmica, o artigo contribui ao consolidar uma base teórica robusta que justifica a necessidade de novos estudos interdisciplinares, oferecendo um referencial bibliográfico que conecta a degradação cognitiva à falha operacional em ambientes de alta letalidade. O trabalho rompe com a análise puramente técnica de "desarmamento de bombas", trazendo o fator humano — e suas limitações biológicas — para o centro do debate científico sobre incidentes críticos.

No âmbito institucional, a contribuição é de caráter estratégico e preventivo. O artigo serve como um instrumento de gestão de risco, fornecendo subsídios para que comandos e órgãos de formação policial reconheçam as deficiências de seus protocolos vigentes. Ao evidenciar que a paralisia decisória e os erros perceptuais são respostas biológicas previsíveis (e não falhas de caráter ou coragem), o estudo fomenta a revisão de currículos de treinamento e a criação de políticas de saúde ocupacional mais eficazes. Em última análise, esta pesquisa oferece um caminho para a proteção jurídica e física do Estado e de seus agentes, promovendo uma atuação mais técnica, resiliente e humanizada diante da imprevisibilidade dos artefatos explosivos.

Conclui-se, portanto, que a modernização da segurança pública brasileira exige uma integração imediata entre a doutrina tática e a saúde mental operacional. É imperativo que as instituições migrem de um modelo de "reação intuitiva" para uma "resposta técnica protocolada", garantindo que o interventor possua não apenas o treinamento para isolar perímetros, mas o suporte psicofisiológico para gerenciar a paralisia decisória. Somente através da padronização de distâncias de segurança, do fornecimento de equipamentos adequados e de programas de monitoramento de estresse crônico será possível reduzir a letalidade dessas

ocorrências e preservar a integridade daqueles que atuam na primeira linha de defesa da sociedade.

REFERÊNCIAS

PONCIONI, R. M. O modelo policial profissional e a formação profissional do policial militar. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 164-176, dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/YyvWW87zPp6XKF7CCkjzrTs/?lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2026

RIBEIRO, A. C.; FREITAS, M. C. de. A técnica Debriefing no Transtorno de Estresse Pós-Traumático: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Ciências e Avanços (RBCA)*, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://revistas.editoracientifica.org/index.php/rbca/article/view/33>. Acesso em: 20 jan. 2026

COSTA, J. M.; SILVA, R. A. A segurança dos policiais militares com relação ao uso de explosivos em operações de alto risco. *Revista Eletrônica de Administração da Segurança Pública*, Curitiba, v. 2, pág. 1-15, 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/18605>. Acesso em: 20 jan. 2026

SOUSA, R. C. et al. Aspectos de saúde mental investigados em policiais: uma revisão integrativa. *Saúde e Sociedade*, v. 31, 2022. e220199. DOI: 10.1590/S0104-1290202220199. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/dK4NbsXDRCbbwYDXQRS9Mnk/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2026

10

SANTOS J., Celso L. G. et al. O desafio da formação do policial militar em primeiros socorros no Brasil: uma revisão integrativa. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, v. 11, n. 10, e597111033165, 2022. DOI: 10.33448/rsd-vii10.33165. Disponível em: <https://rsdjurnal.org/rsd/article/view/33165>. Acesso em: 20 jan. 2026.

LUCCA, D. Manual básico de gerenciamento de crises. São Paulo: IBSP, 2020. Disponível em: <https://ibsp.org.br/wp-content/uploads/2020/11/MANUAL-BASICO-Di%C3%BDgenes-Lucca.pdf> Acesso em: 19 jan. 2026.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. A Polícia Civil institui Protocolo de Intervenção para policiais envolvidos em incidentes críticos. Campo Grande, 2025. Disponível em: <https://www.pc.ms.gov.br/policia-civil-institui-protocolo-de-intervencao-para-policiais-envolvidos-em-incidentes-criticos/> Acesso em: 19 jan. 2026.

SOUZA, N. A. Ações na fase pré-incidental. *Alferes: Revista Científica da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 1, pág. 1-20, 2023. Disponível em: <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/alferes/article/view/699/669> Acesso em: 19 jan. 2026.

GREINACHER, A. et al. Traumatização secundária em socorristas: uma revisão sistemática. *European Journal of Psychotraumatology*, [S. l.], v. 10, n. 1, 2019. DOI: 10.1080/20008198.2019.1562840. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC6346705/> Acesso em: 19 jan. 2026.

LEWINSKI, B.; STRANAHAN, S. Entrevistas em incidentes críticos: o prazo de 48 horas ainda é uma boa recomendação? Force Science Institute, 2020. Disponível em: <https://www.forcescience.com/2020/05/critical-incident-interviews-is-the-48-hour-delay-still-good-advice/> Acesso em: 19 jan. 2026.

AGUILAR, P. A. Atualização da doutrina de gerenciamento de crises: incidentes policiais e centros de consciência situacional C5I na quarta revolução industrial. *Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública*, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 49-59, jan./fev. 2020. Disponível em: <https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebesp/article/view/464/225>. Acesso em: 16 dez. 2025.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Instrução nº 3.03.24/2018-CG: regula a atuação do primeiro interventor em ocorrências de incidentes críticos. Belo Horizonte: Comando-Geral, 2018. Disponível em: <https://tizurl.com/minasgeraispolciamilitar>. Acesso em: 6 dez. 2025.

GROSSMAN, D. *On Combat: The Psychology and Physiology of Deadly Conflict in War and in Peace*. 3. ed. Illinois: Warrior Science Publications, 2008. Disponível em: <https://www.beyondintractability.org/bksum/grossman-on-combat> Acesso em: 05 jan 2026

MINAYO, M. C. S. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/dTwRtzbk45bmdyQZzYqGRtr/?lang=pt>; Acesso em: 02 jan 2026

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. Disponível em: <https://itec.net.br/cursosgestao/GESTAOPUBLICA/10%20Metodologia-cientifica.pdf> Acesso em: 04 jan 2026.

SANTOS, A. M.; SILVA, R. S. *Formação Policial e os Desafios da Segurança Pública Contemporânea*. São Paulo: Editora Acadêmica, 2020. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/8t823/pdf/santos-9788574554891.pdf> Acesso em: 10 jan 2026.

SOUZA, N. A. A resolução de incidentes críticos pela Polícia Militar: ações na fase pré-incidental. *O Alferes*, Belo Horizonte, v. 73, n. 28, p. 104-144, jul./dez. 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/Windows%20II/Downloads/699-Texto%20do%20Artigo-2071-1-10-20181228%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Windows%20II/Downloads/699-Texto%20do%20Artigo-2071-1-10-20181228%20(1).pdf). Acesso em: 15 jan 2026

RACORTI, V. S.; REIS, W. Processo de tomada de decisão em um incidente crítico: como se formam os pensamentos e as decisões em momentos de caos. *Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)*, v. 6, n. 14, p. 74-86, 2023. Disponível em: <https://revista.ibsp.org.br/index.php/RIBSP/article/view/153>. Acesso em: 16 jan 2026



FBI; Cartão de impasse sobre ameaça de bomba entre o Departamento de Segurança Interna e o Departamento de Justiça, 2025. Disponível em: https://www.cisa.gov/sites/default/files/2025-08/Bomb_Threat_Stand-Off%20Card_082025_508.pdf. Acesso em: 12 jan 2026

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 19 - Explosivos. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras>. Acesso em: 17 jan. 2026.

CALAÇA, A. O confronto armado fora de Hollywood: o estresse na vida real, 2020. Disponível em: <https://infoarmas.com.br/confronto-armado-fora-de-hollywood/>. Acesso em: 19 jan. 2026

BRASIL. Revista Planeta. Com o mindfulness, os policiais passam a agir, e não a reagir. Revista Planeta, [S. l.], 5 fev. 2020. Disponível em: <https://revistaplaneta.com.br/com-o-mindfulness-os-policiais-passam-agir-e-nao-reagir>. Acesso em: 22 jan. 2026